

15 DE MARÇO DE 2023

# PARALISAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ

42%

DE DEFASAGEM SALARIAL

DATA  
BASE JÁ!




Considerações da SESDUEM sobre a luta dos docentes pela  
reposição salarial e na defesa da Universidade Pública

Documento para embasar e orientar o debate com a comunidade  
acadêmica antes e depois da paralisação de 15 de março

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL

**SESDUEM**  
Seção Sindical dos Docentes da UEM

Acessem o site e as redes sociais da  
Sesduem para mais informações

  sesduem  
 [sesduem.com.br](http://sesduem.com.br)

## INTRODUÇÃO

A Diretoria da SESDUEM – Seção Sindical dos Docentes da UEM – ANDES/SN, apresenta este material visando orientar as discussões, com a crítica à política do governo Ratinho Jr., fornecendo informações sobre o orçamento do Estado, sobre a data-base e o processo de defasagem salarial de 42% de todos os servidores públicos do Paraná.

Almejamos, com esse material explicativo, complementar as ações que o sindicato já está organizando para essa luta. Pedimos que seja amplamente circulado, lido e debatido nos departamentos junto aos docentes e nas salas de aula junto com discentes de graduação e pós-graduação.

Pretendemos ampliar a compreensão não somente da mobilização em 15 de março (quarta-feira), em todas as universidades públicas do Paraná, mas, também, outras atividades de luta que estão ocorrendo: a luta contra a LGU, pela contratação de professores e técnicos administrativos, ações pró permanência estudantil, dentre tantas outras.

## 1. O QUE É A DATA-BASE?

A data-base é o período do ano destinado à correção salarial e revisão das condições de trabalho especificadas por acordo, convenção ou dissídio coletivo de cada categoria profissional. **Essa correção, visando a não irreduzibilidade dos salários, é um direito previsto na constituição federal brasileira** (nos artigos 7º, inciso VI e 37º, incisos X e XV).

Além da constituição, outras leis determinam datas e índices que devem ser utilizados para tal correção. No Paraná, a lei 15.512, de 31/05/2007, estabeleceu o IPCA com índice e o dia 1º de maio de cada ano para esta correção. No entanto, **desde 2016, o governo vem sistematicamente negando esse direito e os salários hoje, já estão 42% menores.**

Há na justiça uma ação de inconstitucionalidade contra artigo 33 da Lei Orçamentária do Paraná de 2016 (Lei Estadual 18.907/2016), do governo Beto Richa, que impediu a concessão da data-base aos servidores desde então. O governo perdeu em todas as instâncias até o momento, mas segue protelando o pagamento e a reposição.

## 2. MOTIVOS DA PARALISAÇÃO E CONTINUIDADE DAS LUTAS

**Há mais de 7 anos amargamos perdas salariais devido à inflação.** Os últimos governantes do Paraná, Beto Richa e Ratinho Jr., deixaram de reajustar os salários dos servidores públicos, ao retirarem a data-base e a defasagem atingiu 42%. **Isso significa que estamos recebendo 5,6 salários a menos por ano.**

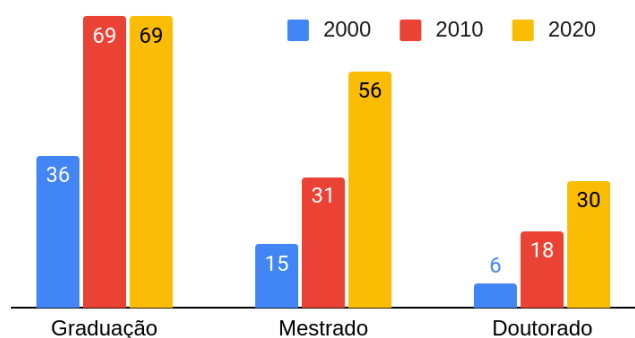
A luta que os/as docentes fazem pela reposição salarial e por melhores condições de trabalho e estudo é parte importante da luta contra o desmantelamento da Universidade Pública, pela garantia de espaços públicos de produção de ciência e tecnologia, e pelo direito de todos frequentarem o ensino superior público, gratuito e de qualidade. É uma luta contra o desmonte que vem acontecendo há décadas. **Os governos neoliberais, como o de Ratinho Jr., orientam-se totalmente**

**pelo lucro, priorizam a destinação de recursos públicos para atender grandes corporações ao invés de se preocuparem com as necessidades reais da população.**

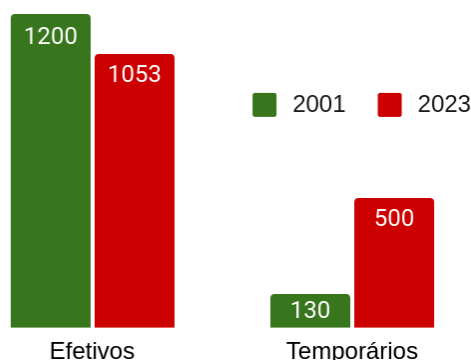
Os ataques às Universidades Públicas fazem parte desse processo e atingem principalmente estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora, retirando-lhes as possibilidades de realizar cursos de qualidade. A LGU, aprovada em dezembro de 2021, durante a pandemia, no apagar das luzes, ratifica os cortes orçamentários, aprofunda o sucateamento e estrangula as condições de existência da universidade pública.

**Sobre as condições de trabalho na UEM, vemos que os docentes estão cada dia mais sobrecarregados**, sejam efetivos ou temporários. Nos últimos 20 anos, o número de cursos de graduação saltou de 36 para 69 cursos, os de mestrado cresceram de 15 para 56 cursos, os de doutorado de 6 para 30. O número de estudantes e projetos mais que dobrou nesse período, mas o número de docentes efetivos que temos hoje (1053 docentes) é menor do que o que tínhamos em 2001 (1200 docentes).

**Gráfico 1 - Quantidade de cursos na UEM**



**Gráfico 2 - Quantidade de docentes na UEM**



**Fonte:** Thiago Ferraiol a partir das bases de dados da UEM.

**A forma de sustentar esse crescimento é com uma sobrecarga enorme de trabalho.** Nos desdobramos para manter o ensino de qualidade na graduação e pós-graduação, manter as pesquisas e orientações de PIC, PIBIC, TCC e, também, na pós-graduação com mestrandos e doutorandos, dentre orientações de outras naturezas. Organizamos palestras e eventos científicos lives, participamos de bancas e outros eventos acadêmicos, e nos deparamos com a produtividade acadêmica que vem consumindo, a cada dia, a saúde mental dos docentes.

Além disso, temos que garantir a administração dos departamentos, de centros ou dos cursos de pós-graduação, cujos **docentes que assumem essas tarefas, na maioria das vezes, precisam secundarizar as atividades de pesquisa e ensino para priorizar a gestão administrativa.** Não bastasse isso, temos que fazer mover, internamente, todos os regimentos, resoluções, documentos e processos que chegam a ter 400 páginas para ler e fazer relatos (nos departamentos, no COU e/ou no CEP).

Dentro da categoria docente, certamente **os mais precarizados são os docentes com contratos temporários, que hoje já representam um terço do corpo docente e ministram mais de 60% das aulas na graduação.** Esses docentes chegam a assumir mais de 5 ementas distintas ao mesmo tempo, não podem se dedicar exclusivamente à universidade (trabalhar em regime TIDE), possuem contratos cada dia mais curtos, com menores salários e bem menos direitos. A não abertura de concursos públicos e a substituição de docentes efetivos por temporários tem sido uma das

principais formas do governo impor um processo de transformação da função docente na universidade, rebaixando o valor e precarizando o trabalho.

**Por isso lutamos contra qualquer aprofundamento da precarização imposta aos temporários e pela abertura de concursos já, nas reais demandas da universidade, e não por parâmetros tecnocratas como os previstos na LGU.**

**Por isso paralisamos, exigindo recomposição do valor dos salários, rebaixados por causa da inflação, e abertura de concursos públicos já, para garantir uma universidade de qualidade para todos!**

### **3. A POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO RATINHO JR.**

Conforme os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), junto com as análises das contas de 2022 do governo do Paraná, o Estado tem condições muito favoráveis para repor a inflação (Data-base) nos salários dos servidores públicos. Segundo apresentação do próprio Secretário da Fazenda do Governo Ratinho na Assembleia Legislativa do PR (ALEP), no dia 28 de fevereiro de 2023, **a receita do governo teve aumento de mais 14% comparado a 2021, totalizando 64,4 bilhões de reais e superando em 26,5% o previsto pelo governo na Lei Orçamentária do ano anterior.**

Com isso, o governo Ratinho tem praticado o reducionismo quanto ao reconhecimento da importância do servidor público do PR, buscando seduzir a opinião pública com a falácia de que não há espaço para repor a inflação daqueles que mantêm o Estado do PR funcionando. Ele faz isso, jogando a expectativa de receita estadual sempre para valores rebaixados, e depois refazendo a programação orçamentária para atender interesses de grandes empresários e seus grupos políticos.

**Além dessas manobras, há o aumento absurdo das renúncias fiscais para grandes empresários.** Elas aumentaram de abusivos R\$10 bilhões em 2018, no último ano do governo Richa, para mais de R\$ 17 bilhões em 2022 no governo Ratinho. Já o orçamento de todas as universidades públicas, que atendem mais de 100 mil estudantes, caiu de R\$3,2 bilhões em 2016 para R\$2,6 bilhões em 2022. **O valor dessas renúncias é mais de 5 vezes o valor investido nas universidades.**

**Os apadrinhados políticos e a elite do poder público também continuam com as regalias crescendo.** Em 2022, o governo paranaense criou nove novas secretarias, abrindo mais de 450 cargos de livre provimento ao poder executivo. Os deputados estaduais, cuja imensa maioria vive amarrado nas barbas do governo, também aumentaram seus salários em 37%. É uma verdadeira chacota com o servidor público e com a população que precisa dos serviços.

**Precisamos deixar claro que não pagar a reposição salarial e sucatear o serviço público para a população é uma escolha política e econômica do governo.** Ao invés de investir no servidor e no atendimento ao povo trabalhador, o governo atende aos interesses de grandes empresários e de seus apadrinhados políticos, arranjando-lhes licitações de obras, privatizações, contratos terceirizados, além de uma série de isenções fiscais.

## 4. ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ

Se por um lado o governo ampliou a destinação de recursos para atender os interesses de grandes corporações, com as renúncias fiscais subindo de R\$ 10 bilhões para R\$ 17 bilhões, por outro vem realizando cortes tremendos em áreas fundamentais para o desenvolvimento social, como nas universidades.

Observem nos quadros abaixo que, mesmo com a enorme expansão das universidades públicas do Paraná, o orçamento vem caindo vertiginosamente. Depois de atingir um pico de R\$ 3.2 bilhões em 2016, os valores empenhados em 2022 recuou para patamares de 10 anos atrás, caindo para R\$ 2.6 bilhões.

**A queda orçamentária representa praticamente o orçamento de 2022 da UEM, que foi de R\$ 615 milhões. As renúncias fiscais em 2022 foram quase 7 vezes o valor investido em todas as universidades.**

**Tabela 1 - Orçamento Geral nas Universidades Estaduais do Paraná (em R\$ milhões)**

Instituição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
UEL	704	753	788	845	811	803	711	713	768	645
UEPG	317	332	382	404	397	397	386	370	428	337
<b>UEM</b>	<b>721</b>	<b>722</b>	<b>787</b>	<b>836</b>	<b>816</b>	<b>801</b>	<b>702</b>	<b>687</b>	<b>718</b>	<b>615</b>
Unicentro	243	256	286	303	281	276	272	267	270	264
Unioeste	420	403	464	504	501	496	469	471	460	436
Unespar	162	169	205	232	215	219	211	222	245	223
UENP	94	98	109	115	115	128	118	116	121	114
<b>Total</b>	<b>2.661</b>	<b>2.735</b>	<b>3.021</b>	<b>3.240</b>	<b>3.136</b>	<b>3.120</b>	<b>2.869</b>	<b>2.845</b>	<b>3.009</b>	<b>2.632</b>

**Tabela 1:** Valores empenhados pelas sete universidades estaduais do Paraná de 2013 a 2022, em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA para dez/2022

**Fonte:** Thiago Ferraiol, com base nos dados do portal da transparência do Estado.

Não queremos somente a reposição da inflação... precisamos recuperar também a estrutura física do campus que se degrada a cada dia; precisamos da construção de novos espaços pedagógicos, científicos e culturais, da moradia estudantil, de mais servidores para a manutenção da UEM, mais secretários e secretárias, mais docentes efetivos e, portanto, maior reconhecimento e valorização do trabalho que realizamos.

Temos a compreensão de que a luta por salários e por concursos é uma das pontas de lança desse movimento em defesa da universidade pública, pois é justamente atacando os salários e as condições de trabalho que o governo aprofunda os cortes, promovendo o sucateamento e a privatização. Nos últimos anos o governo vem sistematicamente deixando de realizar concursos e substituindo trabalhadores com direitos e carreira por outros terceirizados e com contratos temporários.

A tabela 2 mostra os valores empenhados com pagamento de pessoal nas 7 universidades do Paraná nos últimos 10 anos. Como não poderia deixar de ser, como a universidade é essencialmente um espaço de produção de conhecimento feito por pessoas, o maior valor investido nelas é com pessoal. Analisando os valores fica muito claro que é justamente atacando os salários que o governo realiza os principais cortes.

**Tabela 2 - Orçamento com Pessoal nas Universidades Estaduais do Paraná (em R\$ milhões)**

Instituição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
UEL	532	562	632	686	651	633	583	575	552	506
UEPG	261	269	316	342	326	326	308	311	297	280
<b>UEM</b>	<b>567</b>	<b>593</b>	<b>663</b>	<b>721</b>	<b>697</b>	<b>683</b>	<b>599</b>	<b>598</b>	<b>584</b>	<b>537</b>
Unicentro	193	215	247	273	252	245	239	244	240	224
Unioeste	321	307	369	421	399	397	382	374	353	335
Unespar	133	145	184	208	197	197	188	203	204	190
UENP	74	80	92	99	97	99	98	100	99	94
<b>Total</b>	<b>2.081</b>	<b>2.170</b>	<b>2.504</b>	<b>2.749</b>	<b>2.620</b>	<b>2.580</b>	<b>2.397</b>	<b>2.404</b>	<b>2.329</b>	<b>2.167</b>

**Tabela 2:** Valores empenhados com pagamento de Pessoal pelas sete universidades estaduais do Paraná de 2013 a 2022, em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA para dez/2022

**Fonte:** Thiago Ferraiol, com base nos dados do portal da transparência do Estado.

Mesmo a constituição do Paraná garantindo, no seu artigo 181, que as universidades não terão redução dos recursos para pagamento de pessoal, em termos de valor real, ou seja, corrigidos pela inflação, o Estado ignora solenemente as próprias leis e realiza os ataques à universidade e à toda população

Art. 181. As instituições de ensino superior do Estado terão recursos necessários à manutenção de pessoal, na lei orçamentária do exercício, **em montante não inferior, em termos de valor real, ao do exercício anterior.**

Essas situações escancaram cada vez mais que apenas as leis não garantem os direitos dos trabalhadores. As que restringem direitos da classe trabalhadora são consideradas pela justiça com todo o rigor, enquanto aquelas que poderiam favorecer o trabalhador muitas das vezes são solenemente ignoradas! **A única forma de recuperar o que temos perdido é com muita organização coletiva e mobilização!**

## **5. DOS PREJUÍZOS E PREJUDICADOS PELO GOVERNO ESTADUAL DE RATINHO JR.**

Mediante esse panorama, estamos paralisados e limitados, sem recursos necessários para a manutenção do campus de forma geral. Temos blocos que nunca saíram do projeto e outros que estão sob a estrutura crua de concreto por décadas. Não temos casa do estudante, que está no esqueleto e, brevemente, terá que ser reedificada, não temos o centro de convenções já iniciado e com obras paradas há vários anos, no campus temos vários telhados com furos, vazamentos, torneiras quebradas, banheiros com manutenção comprometida, iluminação deficiente, dentre tantos problemas derivados do descaso do governo do Beto Richa e do Ratinho, que na "calada da noite", às vésperas do Natal, em plena pandemia, aprovou a LGU (Lei Geral das Universidades), que precariza, ainda mais, o trabalho docente.

Você se lembra do discurso do governo e do secretário Aldo Bona, afirmando que a LGU iria "modernizar" as universidades e que garantiria a contratação de docentes? Pois bem, pouco mais de um ano da sua aprovação, vemos a situação piorar dramaticamente. **As poucas vagas de concurso**

**previstas na LGU não repõe nem mesmo as aposentadorias dos últimos 5 anos. São migalhas que os próprios conselhos e departamentos da UEM “batem cabeça” sobre como distribuí-las.**

O que vemos acontecer é justamente o contrário, com o quadro docente diminuindo. De setembro de 2022 para fevereiro de 2023, em menos de um semestre, já tivemos 28 docentes efetivos deixando a UEM (por aposentadoria, falecimento ou exoneração) e sem reposição, nem mesmo por temporários, conforme mostra a tabela 3.

**Tabela 3: Quantidade de Docentes UEM - 09/2022 x 02/2023**

<b>Mês</b>	<b>09/2022</b>	<b>02/2023</b>	<b>Diferença</b>
<b>Total</b>	<b>1581</b>	<b>1553</b>	<b>-28</b>
<b>Temporários</b>	<b>501</b>	<b>500</b>	<b>-1</b>
40h	455	453	-2
parcial	46	47	1
<b>Efetivos</b>	<b>1080</b>	<b>1053</b>	<b>-27</b>
TIDE	981	957	-24
40h	90	88	-2
parcial	9	8	-1

**Fonte:** Thiago Ferraiol, com base nos dados do portal da transparência da UEM.

Mais uma vez observamos o impacto na ampliação da intensidade de trabalho, na dedicação necessária aos estudantes e na própria universidade. Estamos vivendo o que já apontamos que a LGU faria antes mesmo da ALEP aprovar essa lei.

Diante de tanta sobrecarga de trabalho, a paralisação é fundamental para que todos os docentes e discentes tenham a oportunidade de refletir e discutir coletivamente sobre as formas de reverter o processo de precarização do trabalho e de sucateamento da universidade pública.

**Garantir a reposição salarial, portanto, não é favor, é direito!** Trabalhar sem a reposição por tanto tempo implica num impacto negativo no desempenho profissional, gerando desmotivação, adoecimentos e até endividamento dos docentes.

Consideramos também que a falta de reposição ocasiona uma retração da economia do Estado, pois menos renda significa menor consumo. Em suma, sem a reposição salarial, nos deparamos com um impacto negativo no desenvolvimento científico, tecnológico e social do Paraná e do Brasil.

Além disso, lutar pela reposição dos servidores públicos do Paraná é lutar para que todos os demais trabalhadores sejam reconhecidos e valorizados, começando pelo pagamento daquilo que é direito constitucional.

## **6. DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES NA PARALISAÇÃO NO DIA 15 DE MARÇO**

Estamos todos com muita sobrecarga de trabalho. O tempo é cada vez mais escasso e a intensidade de trabalho é maior, mas sabemos que precisamos discutir e debater os problemas presentes da universidade, que são tantos. **Paralisar um dia não é para ficar em casa.** A paralisação, além do protesto, é um momento de colocarmos os problemas para o coletivo dentro da própria categoria. **É o momento para ampliar e qualificar o debate entre nós, docentes e demais interessados, para discutirmos as nossas formas de avançar na luta!** Por isso, a assembleia da SESDUEM decidiu pela

realização de discussões sobre a universidade, LGU, salários, contas do estado, panfletagem, entre outras ações.

Para essas tarefas avançarem, conforme aprovação em assembleia docente, propomos para o dia 15 de março a seguinte programação

## PROGRAMAÇÃO

Horário	Atividade	Local
09:00 às 11:00	<p><b>Debate:</b> A atual situação da Universidade Pública</p> <p><b>Participação:</b> Thiago Ferraiol (Presidente da Sesduem) Mario Azevedo (Docente do DFE) Gabriel Ramos (Presidente do DCE)</p> <p>Haverá breve exposição dos participantes e depois abertura para o debate com os presentes</p>	Auditório Ney Marques Bloco D03
14:00 às 16:00	<p><b>Roda de Conversa:</b> As condições de trabalho docente na UEM</p> <p>Haverá breve exposição da Sesduem e de um docente temporário sobre as condições de trabalho e depois abertura para debate</p>	Auditório da ADUEM Rua Itamar Orlando Soares
19:00 - 20:00	<p><b>Ato Público:</b> Em defesa da Educação Pública</p> <p><b>Pautas:</b> Data-Base e abertura de concursos Já; revogação da LGU; revogação da Reforma do Ensino Médio</p>	Concentração no estacionamento da BCE
19:30 - 21:30	<p><b>Live:</b> Reposição salarial e defesa das Universidades Públicas do Paraná</p> <p><b>Participantes:</b> Representantes de todos os sindicatos de docentes e de servidores das universidades estaduais do Paraná</p>	YouTube (link nas redes da sesduem)

## PANFLETAGENS

Convidamos todos que forem paralisar para a realização de panfletagens e diálogo com a comunidade acadêmica nos portões, nos blocos e nos arredores da UEM. **Convidamos todos a comparecer na frente da BCE nos seguintes horários: 07:30; 11h30 e 17:00.** A partir da BCE, nos dividiremos em grupos para realizar a atividade.

## **FONTES**

AGN – Agência Estadual de notícias – Governo do Paraná.

ALEP - Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CSD – Comando Sindical Docentes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FES – Fórum das Entidades Sindicais do Paraná.

SESDUEM – Seção Sindical dos Docentes da UEM.

ADUNIOESTE – Seção Sindical dos Docentes da Unioeste

ADUNICENTRO – Seção Sindical dos Docentes da Unicentro

SINDUNESPAR – Seção Sindical dos Docentes da Unespar

SINDPROL-ADUEL – Seção Sindical dos Docentes da UEL

SINDUEPG – Seção Sindical dos Docentes da UEPG

# PARTICIPE DAS ATIVIDADES DA PARALISAÇÃO!

Pela reposição de 42% das perdas salariais já

Pela revogação da LGU

Pela abertura imediata e ampliada de concursos públicos para docentes e técnicos universitários

**APOIE O MOVIMENTO E FILIE-SE À SESDUEM,  
SINDICATO LEGÍTIMO DA CATEGORIA DOCENTE**

## Direção da Sesduem 2023

Presidente: Thiago Fanelli Ferraiol

Tesoureiro: Roger Domenech Colacios

Secretário geral: Rogerio Massarotto de Oliveira

1ª secretária: Sandra Ferrari

Diretor de Cultura: Alessandro Santos da Rocha




Diretora de Formação Sindical: Thaís Godoi de Souza

1º suplente: Edmilson Aparecido da Silva

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL

**SESDUEM**  
Seção Sindical dos Docentes da UEM

Acessem o site e as redes sociais da  
Sesduem para mais informações

  sesduem  
 sesduem.com.br